

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	15
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	14.483	14.660
1.01	Ativo Circulante	5	2
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2	2
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2	2
1.02	Ativo Não Circulante	14.478	14.658
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.478	14.658
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.701	8.881
1.02.01.10.03	Outros Ativos	8.700	8.880
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	14.483	14.660
2.01	Passivo Circulante	505	453
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	150	150
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	150	150
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	150	150
2.01.02	Fornecedores	318	264
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	318	264
2.01.03	Obrigações Fiscais	37	39
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37	39
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3	5
2.01.03.01.03	Parcelamentos	34	34
2.02	Passivo Não Circulante	389.706	406.839
2.02.02	Outras Obrigações	19.029	18.784
2.02.02.02	Outros	19.029	18.784
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	18.776	18.524
2.02.02.02.06	Parcelamentos	253	260
2.02.04	Provisões	370.677	388.055
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	402	381
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	402	381
2.02.04.02	Outras Provisões	370.275	387.674
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	370.275	387.674
2.03	Patrimônio Líquido	-375.728	-392.632
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-539.079	-556.124
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.569	41.710
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	17.594	3.114
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-146	-90
3.04.02.01	De Administração	-146	-90
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	362	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.399	3.204
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.594	3.114
3.06	Resultado Financeiro	-690	-664
3.06.02	Despesas Financeiras	-690	-664
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.904	2.450
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.904	2.450
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.904	2.450
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,38081	0,34507
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,38081	0,34507

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	16.904	2.450
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.904	2.450

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-249	-762
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-672	-754
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	16.904	2.450
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-17.399	-3.204
6.01.01.03	Provisão / Reversão para Contingência	21	0
6.01.01.04	Ajuste a valor presente	-198	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	423	-8
6.01.02.01	Fornecedores	54	-1
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-9	-7
6.01.02.03	Outros Ativos	378	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	252	764
6.03.02	Variação em Partes Relacionadas	252	764
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3	2
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3	2

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.376	-556.124	-1.992	-392.632
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.376	-556.124	-1.992	-392.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.904	0	16.904
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	16.904	0	16.904
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-141	141	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-141	141	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.235	-539.079	-1.992	-375.728

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	44.734	-522.484	-1.992	-359.634
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	44.734	-522.484	-1.992	-359.634
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.450	0	2.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.450	0	2.450
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-225	225	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-225	225	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	44.509	-519.809	-1.992	-357.184

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-115	-23
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-115	-23
7.03	Valor Adicionado Bruto	-115	-23
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-115	-23
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.761	3.204
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.399	3.204
7.06.02	Receitas Financeiras	362	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	17.646	3.181
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	17.646	3.181
7.08.01	Pessoal	46	50
7.08.01.01	Remuneração Direta	46	50
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7	17
7.08.02.01	Federais	7	17
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	689	664
7.08.03.01	Juros	689	664
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.904	2.450
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.904	2.450

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	218.094	199.872
1.01	Ativo Circulante	81.676	63.079
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.035	283
1.01.03	Contas a Receber	71.801	55.187
1.01.03.01	Clientes	70.595	54.229
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.206	958
1.01.04	Estoques	8.500	7.302
1.01.04.01	Estoques	7.914	7.107
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	586	195
1.01.06	Tributos a Recuperar	340	307
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	340	307
1.02	Ativo Não Circulante	136.418	136.793
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.784	18.577
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	18.784	18.577
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	34.421	34.425
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	6.712	6.327
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	12.020	12.194
1.02.01.10.06	(-) Provisão para Perda	-34.369	-34.369
1.02.02	Investimentos	26.484	26.488
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	26.484	26.488
1.02.03	Imobilizado	90.839	91.415
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	90.839	91.415
1.02.04	Intangível	311	313
1.02.04.01	Intangíveis	311	313

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	218.094	199.872
2.01	Passivo Circulante	482.514	480.518
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.039	13.063
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.039	13.063
2.01.02	Fornecedores	8.501	7.660
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.501	7.660
2.01.02.01.01	Fornecedores	8.501	7.660
2.01.03	Obrigações Fiscais	458.241	456.541
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	458.241	456.541
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	451.024	449.391
2.01.03.01.03	Imposto Diferido	454	454
2.01.03.01.04	Parcelamentos	6.763	6.696
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	90	90
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	1.643	3.164
2.01.05.02	Outros	1.643	3.164
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	533	1.220
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	1.110	1.944
2.02	Passivo Não Circulante	111.681	112.376
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	365	387
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	365	387
2.02.02	Outras Obrigações	74.166	75.371
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	31.898	31.797
2.02.02.02	Outros	42.268	43.574
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	2.351	2.352
2.02.02.02.07	Parcelamentos	39.917	41.222
2.02.03	Tributos Diferidos	15.619	15.692
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.619	15.692
2.02.04	Provisões	21.531	20.926
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	21.531	20.926
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	21.531	20.926
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-376.101	-393.022
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-539.079	-556.124
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.569	41.710
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-373	-390

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	62.914	57.258
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-43.357	-39.741
3.03	Resultado Bruto	19.557	17.517
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.956	-8.250
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.277	-2.214
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.408	-1.939
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	996	254
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.267	-4.351
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.601	9.267
3.06	Resultado Financeiro	2.320	-6.421
3.06.01	Receitas Financeiras	7.241	21
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.921	-6.442
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.921	2.846
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-394
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.921	2.452
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	16.921	2.452
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.904	2.450
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	17	2
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,38321	0,34535
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,38321	0,34535

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	16.921	2.452
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	16.921	2.452
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.904	2.450
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	17	2

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.556	1.179
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.864	9.714
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	16.904	2.450
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.404	1.523
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingências	605	1.383
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	-498	174
6.01.01.05	Participação de Minoritários	17	2
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	57	14
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado Intangível	4	68
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-73	-113
6.01.01.09	Atualização de Passivos Tributários	2.642	4.213
6.01.01.10	Ajuste a Valor Presente	-198	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.308	-8.535
6.01.02.01	Clientes	-15.868	-11.047
6.01.02.02	Estoques	-807	-248
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	-391	-3
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-29	522
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	124	147
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-385	-828
6.01.02.07	Fornecedores	841	918
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.247	350
6.01.02.09	Salários a Pagar e Provisões	976	465
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-687	707
6.01.02.11	Provisão p/ Contingências	-872	-4.704
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	37	5.186
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-826	-541
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-810	-537
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-16	-4
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22	-674
6.03.01	Partes Relacionadas	101	-454
6.03.02	Variação Empréstimos e Financiamentos	-79	-220
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	752	-36
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	283	244
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.035	208

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.376	-556.124	-1.992	-392.632	-390	-393.022
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.376	-556.124	-1.992	-392.632	-390	-393.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.904	0	16.904	17	16.921
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-141	141	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-141	141	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.235	-539.079	-1.992	-375.728	-373	-376.101

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	44.734	-522.484	-1.992	-359.634	-356	-359.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	44.734	-522.484	-1.992	-359.634	-356	-359.990
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.450	0	2.450	2	2.452
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-225	225	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-225	225	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	44.509	-519.809	-1.992	-357.184	-354	-357.538

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

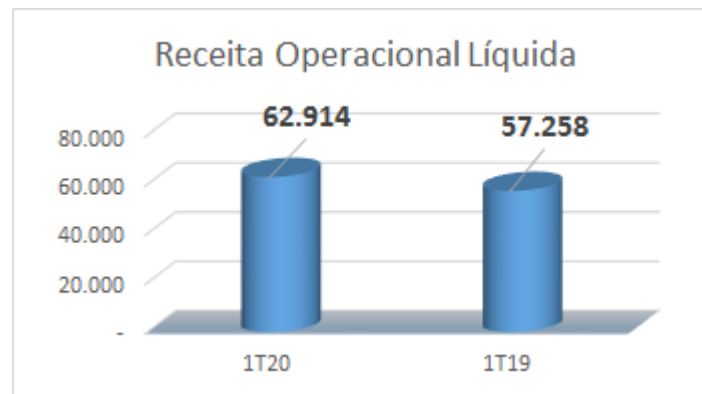
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	67.747	60.691
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	66.903	60.659
7.01.02	Outras Receitas	346	206
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	498	-174
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.698	-23.418
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.237	-19.314
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.461	-4.104
7.03	Valor Adicionado Bruto	43.049	37.273
7.04	Retenções	-1.404	-1.523
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.404	-1.523
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	41.645	35.750
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.863	69
7.06.02	Receitas Financeiras	7.603	21
7.06.03	Outros	260	48
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.508	35.819
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49.508	35.819
7.08.01	Pessoal	23.633	21.588
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.470	17.761
7.08.01.02	Benefícios	2.803	2.428
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.360	1.399
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.034	5.337
7.08.02.01	Federais	1.408	3.229
7.08.02.02	Estaduais	2.626	2.108
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.920	6.442
7.08.03.01	Juros	4.920	6.442
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.921	2.452
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.904	2.450
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	17	2

Comentário do Desempenho

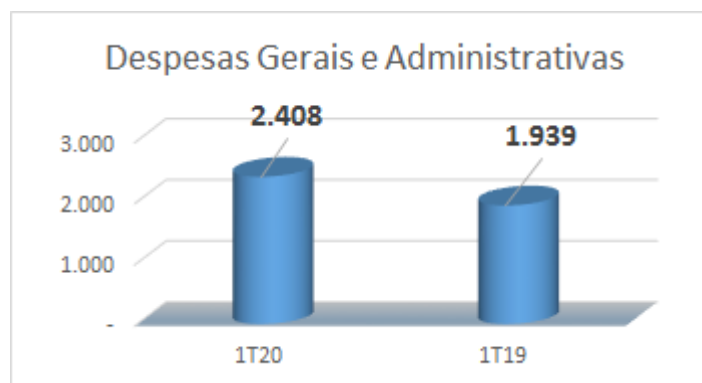
Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

COMENTARIO DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE**Receita operacional líquida**

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 62.914 no primeiro trimestre de 2020 e de R\$ 57.258 no primeiro trimestre de 2019. O aumento em torno de 9,88 % na receita líquida da Companhia está associado diretamente ao incremento da comercialização dos produtos industrializados.

**Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas no primeiro trimestre de 2020 totalizaram R\$ 2.408, sendo de R\$ 1.939 no primeiro trimestre de 2019. O aumento de 24,19% está relacionado a serviços administrativos de terceiros, assim como aumento de quadro de lotação e atualização dos gastos com folha de pagamento.



Comentário do Desempenho

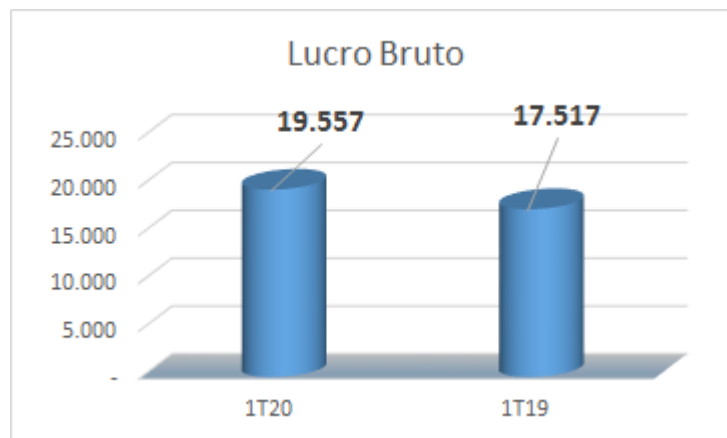
Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

Despesas com vendas

No primeiro trimestre de 2020 as despesas com vendas totalizaram R\$ 2.753 milhões, sendo que no primeiro trimestre de 2019 ficou em R\$ 2.214 milhões, equivalentes a 4,38 % e 3,87 % respectivamente da receita operacional líquida.

**Lucro bruto**

O Lucro Bruto totalizou R\$ 19.557 no primeiro trimestre de 2020, equivalente a 31,09% da receita operacional líquida. No mesmo período em 2019 alcançou R\$ 17.517 equivalente a 30,59% da receita operacional líquida.

**Eventos subsequentes**

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia informa que diversas ações foram implantadas a partir de março de 2020, cujo objetivo central sempre foi a adequação as orientações

Comentário do Desempenho

Companhia Aberta

CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

indicadas pela OMS – Organização Mundial de Saúde, bem como a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores, abaixo um breve relato das ações já implantadas:

- Acesso as unidades mediante resposta e aprovação a formulário que visa identificar sintomas do Coronavírus;
- Uso obrigatório de máscaras para todos os colaboradores e terceiros que acessarem as unidades;
- Aspersão de sanitizante nas áreas comuns e em frente a empresa;
- Entrega de atestados ou documentos acontece na portaria, evitando acesso a unidade e contato com outras pessoas;
- Higienização de vestiários, áreas produtivas e de grande circulação, refeitórios e corrimões foi intensificada, conforme orientação dos órgãos compatíveis;
- Disponibilização de um número maior de ônibus para transporte de colaboradores, atendendo a lotação determinada por decreto legal;
- Adequação dos refeitórios, para respeitar a distância prevista entre os colaboradores, para que não haja qualquer tipo de compartilhamento de objetos ou contato direto de utensílios de uso comum;
- Adequação dos horários das refeições, para que não haja contato entre colaboradores e funcionários terceirizados nos refeitórios;
- Instalação de espaço para atendimento aos colaboradores que apresentarem sintomas, em local ao ar livre, e próximo a portaria, para evitar contato com outros colaboradores ou outras áreas;
- Aquisição de termômetro a laser, para verificação de temperatura de todas as pessoas que acessam a unidade, ainda na portaria;
- Adequação dos bebedouros, disponibilizando copos descartáveis para que não haja contato direto com o equipamento ou o compartilhamento de objetos;
- Aumento da disponibilidade de pontos com álcool em gel nas áreas das unidades;
- Proibição do compartilhamento de objetos pessoais como copos e talheres;
- Cancelamento de reuniões presenciais, optando pelo uso da tecnologia em substituição;
- Liberação dos colaboradores que compõem grupos de risco ou que apresentem quaisquer sintomas gripais. E readequação para o sistema de trabalho home office para os colaboradores que tem a possibilidade;
- Intensificação da atuação dos profissionais de saúde, como médicos, enfermeiras e técnicos de enfermagem;
- Auxílio financeiro para colaboradoras com filhos até 10 anos, que necessitem deixar seus filhos com cuidadoras.

Notas Explicativas



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 12, 13 e 14).

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09 e 12.996/14, conforme nota explicativa 14.

No decorrer do exercício de 2019, em continuação ao trabalho de revisão iniciado nos anos anteriores, foi realizada a revisão dos débitos tributários federais da Companhia, cuja intenção é adequar a dívida tributária da Companhia frente às informações apresentadas pelos respectivos órgãos legais de cobrança (RFB - Receita Federal do Brasil e PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), desta forma, foram acurados os valores disponibilizados pelo sistema eletrônico da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e após esta análise foram atualizados os valores nas Demonstrações Contábeis, deste modo, os débitos de tributos federais apresentados refletem exatamente a dívida informada pelo respectivo órgão de cobrança, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Informações detalhadas sobre a dívida tributária federal da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 13 - Obrigações Tributárias.

Notas Explicativas



A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis trimestrais individuais e consolidadas do período de 31 de março de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 29 de junho de 2020, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referente ao período findo em 31 de março de 2020.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

Notas Explicativas



As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

Notas Explicativas



- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);
- Propriedades para investimentos (nota 9.b)
- Imobilizado (nota 10)
- Intangível (nota 11)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

Notas Explicativas



As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas



3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Notas Explicativas



Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

Notas Explicativas

- (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

3.23 Novas normas emitidas

A partir de 1º de janeiro de 2020 entraram em vigências as seguintes normas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 13/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros (alterações ao CPC 50).

Estas normas, alterações e interpretações não trouxeram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Caixa	-	-	10	8
Bancos - Conta Corrente	3	-	1.025	275
Total	3	-	1.035	283

5 - Contas a receber

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Mercado interno	-	-	37.718	31.857
Mercado externo	-	-	33.632	23.626
(-) Provisão para perda	-	-	(755)	(1.254)
Subtotal	-	-	70.595	54.229
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(533)	(1.220)
Saldo líquido de contas a receber	-	-	70.062	53.009

Vencidos	31/03/20		31/12/19	
Até 30 dias	8.041	11%	2.603	5%
De 31 a 60 dias	4	0%	6	0%
De 61 a 90 dias	2	0%	44	0%
De 91 a 120 dias	233	0%	1	0%
De 121 a 150 dias	2	0%	54	0%
De 151 a 180 dias	44	0%	-	0%
Acima de 180 dias	1.231	2%	1.254	2%
Sub-total	9.557	14%	3.962	7%
À vencer				
Até 30 dias (a)	49.038	69%	39.019	72%
De 31 a 60 dias	12.755	18%	12.502	23%
Sub-total	61.793	88%	51.521	95%
Provisão para Perda	(755)	-1%	(1.254)	-2%
Total	70.595	100%	54.229	100%

(a) Parte do montante demonstrado no quadro acima como “títulos a vencer até 30 dias” refere-se à valores de câmbios já recebidos, porém não liquidados, essa quantia representa o montante de R\$ 19.679.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Produtos prontos	-	-	1.910	825
Produtos em elaboração	-	-	118	81
Matérias primas	-	-	1.518	1.738
Materiais de embalagem	-	-	1.378	1.504
Materiais de manutenção	-	-	2.990	2.959
Total	-	-	7.914	7.107

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Notas Explicativas**7 - Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/18
IRRF a recuperar	-	-	3	3
IRPJ a recuperar	-	-	1	1
CSLL a recuperar	2	2	2	2
PIS e COFINS a recuperar	-	-	85	34
ICMS a recuperar	-	-	3	5
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	44	60
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	202	202
Ativo Circulante	2	2	340	307
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	-	-	34.369	34.369
Provisão para Perda	-	-	(34.369)	(34.369)
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	52	56
Ativo Não Circulante	-	-	52	56

a) Crédito prêmio IPI

O montante de R\$ 34.369 mil refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2019 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível”.

Tendo como base a avaliação apresentada no relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo em epígrafe, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro.

Nos parágrafos a seguir se relata uma breve explanação sobre o histórico do processo vinculado ao crédito prêmio IPI:

No ano de 2009, com a decisão do supremo tribunal federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do decreto lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no ativo não circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o

Notas Explicativas

parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de recurso voluntário ao conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na ação ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma ação anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo ministério do desenvolvimento indústria e comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª vara federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Agostinho Carrer Part. Ltda	8.700	8.880	8.700	8.880 (i)
Outros	-	-	3.320	3.314
Total	8.700	8.880	12.020	12.194

(i) Em 04 de Outubro de 2019, Agostinho Carrer Participações S.A e Minupar Participações S.A. encerraram a discussão judicial, a qual envolvia o processo de execução de título extrajudicial e ação de cobrança, deste modo, a variação ocorrida nesta rubrica refere-se à negociação estabelecida entre as partes no acordo judicial.

9 - Investimentos**a) Participações societárias**

Em 31/03/2020 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	99,99%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/19	(284.486)	(103.188)	(387.674)
+/- Equivalência Patrimonial	12.764	4.635	17.399
Provisão para perda de investimento em 31/03/20	(271.722)	(98.553)	(370.275)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Notas Explicativas

Grupo	31/03/20			31/12/19		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	26.553	(7.109)	19.444	26.553	(7.109)	19.444
Máquinas e equipamentos	12.316	(7.039)	5.277	12.324	(7.043)	5.281
Outros	471	(331)	140	471	(331)	140
(-) Impairment	(6.119)	-	(6.119)	(6.119)	-	(6.119)
Total	40.963	(14.479)	26.484	40.971	(14.483)	26.488

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de março de 2020 são contabilizados a valor de custo. A Companhia procedeu a análise de avaliação para perda sobre este ativo sem operação, e nesta análise não identificou necessidade de reconhecimento de complemento de provisão para perda de recuperabilidade destes ativos.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/19	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/20
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	19.444	-	-	-	-	19.444
Máquinas e equipamentos	5.281	-	-	-	(4)	5.277
Outros	140	-	-	-	-	140
(-) Impairment	(6.119)	-	-	-	-	(6.119)
Total	26.488	-	-	-	(4)	26.484

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/03/20			31/12/19		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	71.962	(23.048)	48.914	71.663	(22.566)	49.097
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	60.082	(36.587)	23.495	59.394	(35.793)	23.601
Moveis e utensílios	8,33%	4.428	(3.401)	1.027	4.394	(3.365)	1.029
Computadores e periféricos	33,33%	1.438	(966)	472	1.318	(922)	396
Veículos	20,00%	646	(636)	10	646	(635)	11
Imobilizações em andamento	-	1.328	-	1.328	1.688	-	1.688
Outros	-	14	(14)	-	14	(14)	-
Total		155.491	(64.652)	90.839	154.710	(63.295)	91.415

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Notas Explicativas



Grupo	Saldo em 31/12/19	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/20
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	49.097	-	-	(482)	299	48.914
Maquinas e equipamentos	23.601	15	(3)	(820)	702	23.495
Moveis e utensílios	1.029	39	(1)	(40)	-	1.027
Computadores e periféricos	396	119	-	(43)	-	472
Veículos	11	-	-	(1)	-	10
Imobilizações em andamento	1.688	637	-	-	(997)	1.328
Total	91.415	810	(4)	(1.386)	4	90.839

Em 31 de março de 2020 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/03/20			31/12/19		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	539	(376)	163	523	(358)	165
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		687	(376)	311	671	(358)	313

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/19	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 31/03/20
Softwares	165	16	-	(18)	-	163
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	313	16	-	(18)	-	311

Em 31 de março de 2020 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

12 - Salários e encargos sociais a pagar

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Provisões de férias e 13º salário	-	-	8.056	6.855
Salários / Pró-labore a pagar	150	150	2.830	2.668
Rescisões a pagar	-	-	13	36
Outras obrigações a pagar	-	-	3.140	3.504
Total	150	150	14.039	13.063

13 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
INSS a recolher	2	4	250.174	248.857
FGTS a recolher	-	-	3.262	3.467
IRRF a recolher	1	1	131	224
IRPJ a recolher	-	-	97.935	97.695
CSLL a recolher	-	-	35.195	35.113
COFINS a recolher	-	-	47.860	47.663
PIS a recolher	-	-	10.056	10.013
Impostos Retidos	-	-	21	21
ICMS a recolher	-	-	1.888	1.833
Outros	-	-	4.502	4.505
Total	3	5	451.024	449.391

Conforme informado na nota explicativa nº 1.3 - Continuidade Operacional, a Companhia realizou em 2019 a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelo respectivo agente de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), deste modo, o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019 contempla os valores apurados neste trabalho de revisão, no quadro a seguir demonstramos um histórico do comportamento da dívida durante o ano de 2019:

	Saldo em 31/12/2018	Impostos no período	Atualização da Dívida	Amortização no período	Ajuste débitos junto a PGFN	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019
RFB	42.379	38.311	1.488	(39.734)	(2.040)	(31.493)	8.911
PGFN	348.598	1.712	15.022	-	43.655	31.493	440.480
Total	390.977	40.023	16.510	(39.734)	41.615	-	449.391

Abaixo um detalhamento segregado da dívida tributária.

Notas Explicativas



	31/03/20			31/12/19		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.189	248.985	250.174	1.215	247.642	248.857
FGTS a recolher	429	2.833	3.262	645	2.822	3.467
IRRF a recolher	131	-	131	224	-	224
IRPJ a recolher	4.542	93.393	97.935	4.697	92.998	97.695
CSLL a recolher	1.646	33.549	35.195	1.706	33.407	35.113
COFINS a recolher	-	47.860	47.860	-	47.663	47.663
PIS a recolher	-	10.056	10.056	-	10.013	10.013
Impostos Retidos	21	-	21	20	1	21
ICMS a recolher	272	1.616	1.888	221	1.612	1.833
Outros	186	4.316	4.502	183	4.322	4.505
	8.416	442.608	451.024	8.911	440.480	449.391

14 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
PERT (a)	-	-	1.172	1.161
Lei 12.996/14 (b)	26	26	2.024	2.011
Lei 11.941/09	8	8	9	8
FGTS	-	-	672	667
ICMS	-	-	211	207
IOF	-	-	-	15
Ordinário	-	-	2.675	2.627
Circulante	34	34	6.763	6.696
PERT (a)	-	-	10.178	10.379
Lei 12.996/14 (b)	222	228	17.541	17.934
Lei 11.941/09	31	32	31	32
FGTS	-	-	6.033	6.148
ICMS	-	-	511	553
IOF	-	-	-	-
Ordinário	-	-	5.623	6.176
Não Circulante	253	260	39.917	41.222

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Notas Explicativas

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2019	(13.527)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2019	1.582
Saldo remanescente em 31/12/2019	11.540
(+) Atualização Selic de Jan-20 até Mar-20	100
(-) Pagamentos efetuados de Jan-20 até Mar-20	(290)
Saldo remanescente em 31/03/2020	11.350
Circulante	1.172
Não circulante	10.178

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:

Notas Explicativas



Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total		46.741	(9.349)	37.392	25.218		

Há de se notar que não foi concedida anistia de multa, juros e encargos legais para as modalidades perante a Receita Federal do Brasil.

Após a adesão ao PERT, a Companhia recebeu e respondeu às intimações e aos avisos, os quais informavam a existência de possíveis causas de sua exclusão do parcelamento das modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por suposto descumprimento do artigo 1º, Parágrafo 4º, incisos III e V, da Lei 13.496/17, consoante disposto no artigo 17, incisos VII e VIII da Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017:

Diante disso, a Companhia tem adotado medidas para a sua manutenção no PERT, especificamente:

(i) Quanto aos débitos em aberto decorrentes da incidência sobre a redução das multas e do juros moratórios em virtude da adesão ao PERT de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Companhia informa que busca liquidar tais valores por meio de Declaração de Compensação utilizando-se de crédito presumido de IPI já homologado pela Receita Federal do Brasil, do pedido realizado pela Companhia já foram homologadas as compensações dos débitos de PIS e COFINS, já o pedido de compensação para os demais tributos (IRPJ e CSLL) está em processo de análise pela Receita Federal.

(ii) Quanto aos débitos previdenciários em aberto, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário instituído pela Lei 10.522/2002, tratado no processo administrativo nº 13052.720.217/2018-11. O parcelamento está sob análise da fiscalização federal em razão da pendência de formalização de garantia nomeada nos autos das Execuções Fiscais nº 5000467-10.2018.4.04.7114 e 5003024-67.2018.4.04.7114, consoante determinando pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) Quanto aos débitos de Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Companhia busca a emissão de Certificado de Regularidade do FGTS - CRF perante a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que há regular penhora de bens relacionada à Execução Fiscal nº 5005346-94.2017.4.04.7114, cuja cobrança é combatida por meio dos Embargos à Execução Fiscal nº 5000691-11.2019.4.04.7114.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais

Notas Explicativas

determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/03/20	(8.335)
Saldo remanescente em 31/03/2020	19.565
Circulante	2.024
Não circulante	17.541

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido incluídos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

15- Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	120	120
Total - Curto Prazo	-	-	454	454
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	11.484	11.538
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.135	4.154
Total - Long Prazo	-	-	15.619	15.692

Notas Explicativas**16 - Partes relacionadas****a) Remuneração dos administradores**

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 29 de abril de 2020 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 250 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 1.200 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida no primeiro trimestre de 2020:

	31/03/20		31/03/19	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	23	23	23	23
Diretoria executiva	14	168	18	192

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	5.777	5.777	-	-
Passivo não circulante	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	18.830	19.615
Companhia Minuano	5.708	6.342	-	-
Acionistas e outros	13.068	12.182	13.068	12.182
Total	18.776	18.524	31.898	31.797

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

17 - Provisão para contingência**a) Contingências Passivas**

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas

Notas Explicativas

por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de março de 2020 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais dos saldos consolidados:

Natureza	31/03/20			31/12/19		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	10.811	(5.190)	5.621	10.751	(4.830)	5.921
Cível	10.547	(1.522)	9.025	10.020	(1.497)	8.523
Tributária	173	-	173	155	-	155
Total	21.531	(6.712)	14.819	20.926	(6.327)	14.599

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de março de 2020, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 68.110, destes, R\$ 57.931 são relativos a natureza cível e R\$ 10.179 são relativos a natureza trabalhista.

O principal processo que compõem o saldo de R\$ 68.110, refere-se a ação no montante de R\$ 46.614, cujo o tema foi motivo de divulgação de fato relevante em 05 de março de 2020, onde a Companhia divulgou que obteve decisão desfavorável em primeira instância no processo de natureza cível, nº 017/1.13.0002978-6, o qual se discute o pagamento dos honorários contratuais de sucesso quando da validação do crédito prêmio de IPI sobre exportações, o não pagamento destes honorários se deu pelas razões dos questionamentos e glosas feitos pela Receita Federal quando a Companhia utilizou os referidos créditos. O atual saldo a utilizar deste crédito foi provisionado em sua totalidade, conforme divulgado na nota explicativa nº 7, item (a), e a totalidade da dívida tributária glosada foi recomposta pela Administração e reconciliada junto à Receita Federal, cujo procedimento de identificação e reconciliação dos débitos foi finalizado em 2019, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia, e de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que todos os recursos legais não se esgotaram na esfera judicial, sendo factível a reversão da decisão em segunda instância, deste modo não há condições neste momento para determinar uma futura saída de recursos.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 7, 13 e 14.

b) Contingências Ativas**Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS**

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014; e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014. Até o momento, em ambos os casos, a Companhia apresenta decisão judicial favorável pendente de trânsito em julgado.

Notas Explicativas



18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A Companhia possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. No período findo em 31 de março de 2020, os valores destes incentivos contidos no resultado do primeiro trimestre de 2020 totalizaram R\$ 232.

e) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

19 - Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, no quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos assegurados:

Notas Explicativas

Local de risco	Total
Sede Administrativa	4.650
Abatedouros	67.230
Fábrica de embutidos	15.900
Fábrica de rações	20.300
Incubatório	15.050
Central de ovos	1.900
Granja Recria - Frangos	6.970
Granja Matrizes	12.747
Total	144.747

20 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

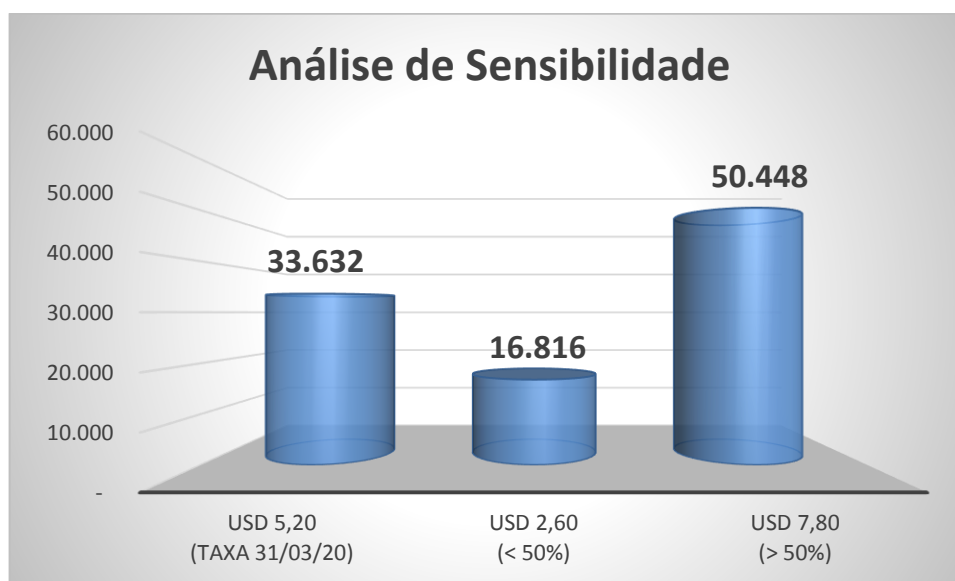
a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 22% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre os valores de contas a receber vinculados ao Dólar:

Notas Explicativas



O critério adotado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração uma projeção da taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de março de 2020, considerando se caso ocorra um aumento de 50 %, ou uma redução de 50% desta taxa cambial, quais valores sensibilizariam sobre os ativos da Companhia vinculados ao Dólar.

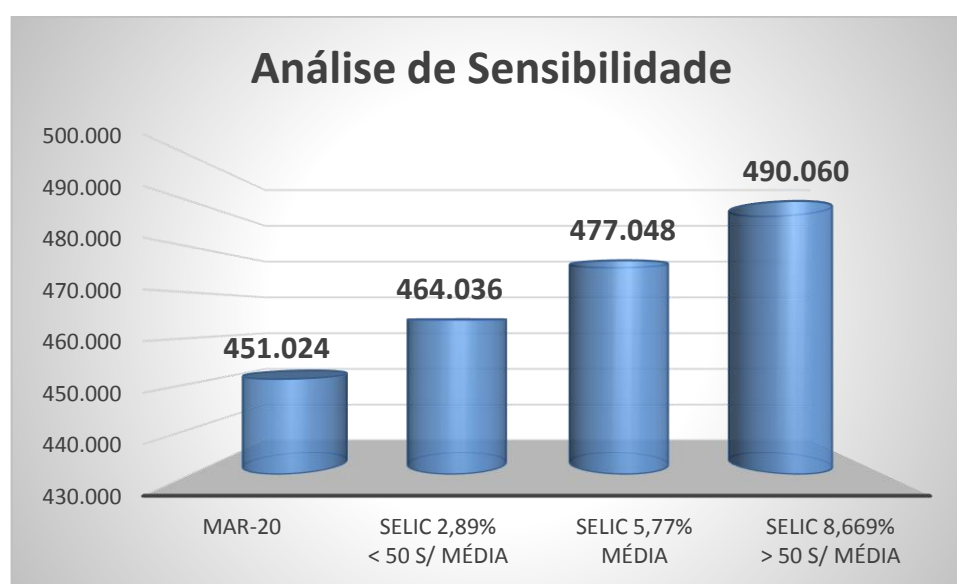
d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

Obrigações Tributárias		2,89%	5,77%	8,66%
	31/03/20	50% <	Média	50% >
INSS a recolher	250.174	257.392	264.609	271.827
FGTS a recolher	3.262	3.356	3.450	3.544
IRRF a recolher	131	135	138	142
IRPJ a recolher	97.935	100.760	103.586	106.411
CSLL a recolher	35.195	36.210	37.226	38.241
COFINS a recolher	47.860	49.241	50.622	52.002
PIS a recolher	10.056	10.346	10.636	10.926
Impostos Retidos	21	22	22	23
ICMS a recolher	1.888	1.942	1.997	2.051
Outros	4.502	4.632	4.762	4.892
Total	451.024	464.036	477.048	490.060

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a média dos últimos doze meses da taxa Selic, assim como as projeções realizadas nesta mesma taxa considerando um aumento de 50 %, bem como uma simulação de redução de 50% desta taxa.

Notas Explicativas



21 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/03/20			31/03/19		
	Mercado	Mercado	Total	Mercado	Mercado	Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Receita bruta de produtos e serviços	50.758	16.213	66.971	48.324	12.450	60.774
(-) Impostos	(3.990)	-	(3.990)	(3.401)	-	(3.401)
(-) Devoluções	(67)	-	(67)	(115)	-	(115)
Receita líquida de produtos e serviços	46.701	16.213	62.914	44.808	12.450	57.258

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

22 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/03/19	31/03/2020	31/03/2019
Salários	-	-	14.599	13.400
Matérias primas	-	-	7.578	7.208
Encargos sociais	-	-	3.705	3.486
Energia elétrica	-	-	3.593	3.360
Manutenção Industrial	-	-	2.395	1.986
Benefícios a empregados	-	-	2.635	2.272
Depreciações	-	-	1.325	1.372
Férias e 13º salário	-	-	2.553	2.316
Serviço de terceiros	-	-	1.659	1.358
Materiais de embalagem	-	-	1.063	1.069
Combustíveis e lubrificantes	-	-	414	357
Locações/Aluguéis	-	-	508	341
Indenizações trabalhistas	-	-	22	49
Equipamento de proteção	-	-	365	375
Taxas e encargos legais	-	-	151	154
Análises laboratoriais	-	-	313	172
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	164	161
Outros gastos	-	-	315	305
Total	-	-	43.357	39.741

23 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Salários	37	41	805	701
Serviço de terceiros	22	19	697	506
Encargos sociais	7	8	164	144
Benefícios a empregados	-	-	170	149
Depreciações	-	-	77	75
Férias e 13º salário	-	-	133	143
Manutenção industrial	-	-	45	22
Viagens e estadias	2	1	12	12
Taxas e encargos legais	19	17	47	51
Telefonia	-	-	17	23
Publicidade e propaganda	55	-	57	-
Energia elétrica	-	-	26	25
Outros gastos	4	4	158	88
Total	146	90	2.408	1.939

24 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	1.879	1.205
Custos aduaneiros	-	-	309	328
Salários	-	-	127	112
Serviço de terceiros	-	-	88	80
Publicidade e propaganda	-	-	99	93
Comissões sobre vendas	-	-	114	89
Provisões (reversões) para perda	-	-	(498)	174
Encargos sociais	-	-	26	25
Telefonia	-	-	15	18
Análises laboratoriais	-	-	15	10
Férias e 13º salário	-	-	26	24
Benefícios a empregados	-	-	12	11
Combustíveis e lubrificantes	-	-	4	2
Viagens e estadias	-	-	6	16
Depreciações	-	-	2	1
Outros gastos	-	-	53	26
Total	-	-	2.277	2.214

25 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Recomposição de débitos fiscais	-	-	20	1.616
Despesas gerais	-	-	192	227
Custo na alienação de ativos	-	-	3	5
Provisão para contingencias	21	-	1.037	2.487
Reversão de créditos tributários	-	-	15	16
Total	21	-	1.267	4.351

26 - Outras receitas operacionais

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Créditos tributários	-	-	73	113
Receitas gerais	362	-	923	141
Total	362	-	996	254

27 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Juros de atualização de dívidas tributárias	2	3	2.449	4.058
Juros de operações com partes relacionadas	688	661	2.259	1.706
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	33	1
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	18	66
Descontos financeiros concedidos	-	-	105	119
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	57	14
Juros sobre compra a prazo	-	-	-	28
Variações cambiais passivas	-	-	-	51
Encargos legais	-	-	-	399
Total	690	664	4.921	6.442

28 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Variações cambiais ativas	-	-	7.225	- (a)
Descontos financeiros obtidos	-	-	7	12
Outras receitas financeiras	-	-	9	9
Total	-	-	7.241	21

(a) O montante de R\$ 7.225 apresentado no primeiro trimestre de 2020 referente a variação cambial ativa refere-se ao aumento ocorrido no Dólar neste período, a valorização ocorrida nesse período é de R\$ 1,17, cotado em R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 e 5,20 em 31 de março de 2020.

29 - Informações por segmento

Notas Explicativas



A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

Notas Explicativas



	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receita bruta	28.254	24.976	38.717	35.798	-	-	66.971	60.774
Impostos e devoluções	(3.644)	(3.153)	(413)	(363)	-	-	(4.057)	(3.516)
Receita líquida	24.610	21.823	38.304	35.435	-	-	62.914	57.258
Custos	(15.430)	(14.122)	(27.927)	(25.619)	-	-	(43.357)	(39.741)
Lucro bruto	9.180	7.701	10.377	9.816	-	-	19.557	17.517
Despesas administrativas	-	-	-	-	(2.408)	(1.939)	(2.408)	(1.939)
Despesas com vendas	(2.753)	(2.186)	-	(28)	-	-	(2.753)	(2.214)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(1.267)	(4.351)	(1.267)	(4.351)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	996	254	996	254
Resultado antes dos efeitos financeiros	6.427	5.515	10.377	9.788	(2.679)	(6.036)	14.125	9.267
Despesas financeiras	-	-	-	-	(4.921)	(6.442)	(4.921)	(6.442)
Receitas financeiras	-	-	-	-	7.241	21	7.241	21
Resultado antes dos tributos	6.427	5.515	10.377	9.788	(359)	(12.457)	16.445	2.846
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	(394)	-	(394)
CSLL e IRPJ diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	6.427	5.515	10.377	9.788	(359)	(12.851)	16.445	2.452
Atribuído a acionistas não controladores							16	2
Atribuído a acionistas controladores							16.429	2.450

Notas Explicativas



30 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/03/2020	31/03/2019
Quantidade de ações	7.100	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	16.445	2.452
Resultado diluído por ação	2,31616	0,34535

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

31 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 29 de abril de 2020, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente e Sra. Fernanda Junqueira de Oliveira como diretora de relações com investidores.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 29 de abril de 2020, foram eleitos: Sr. Chao En Ming como diretor presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora, e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sr. Chao En Ming como diretor presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.

32 - Eventos subsequentes

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia informa que diversas ações foram implantadas a partir de março de 2020, cujo objetivo central sempre foi a adequação as orientações indicadas pela OMS - Organização Mundial de Saúde, bem como a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores, abaixo um breve relato das ações já implantadas:

- Acesso as unidades mediante resposta e aprovação a formulário que visa identificar sintomas do Coronavírus;
- Uso obrigatório de máscaras para todos os colaboradores e terceiros que acessarem as unidades;
- Aspersão de sanitizante nas áreas comuns e em frente a empresa;
- Entrega de atestados ou documentos acontece na portaria, evitando acesso a unidade e contato com outras pessoas;
- Higienização de vestiários, áreas produtivas e de grande circulação, refeitórios e corrimões foi intensificada, conforme orientação dos órgãos compatíveis;

Notas Explicativas



- Disponibilização de um número maior de ônibus para transporte de colaboradores, atendendo a lotação determinada por decreto legal;
- Adequação dos refeitórios, para respeitar a distância prevista entre os colaboradores, para que não haja qualquer tipo de compartilhamento de objetos ou contato direto de utensílios de uso comum;
- Adequação dos horários das refeições, para que não haja contato entre colaboradores e funcionários terceirizados nos refeitórios;
- Instalação de espaço para atendimento aos colaboradores que apresentarem sintomas, em local ao ar livre, e próximo a portaria, para evitar contato com outros colaboradores ou outras áreas;
- Aquisição de termômetro a laser, para verificação de temperatura de todas as pessoas que acessam a unidade, ainda na portaria;
- Adequação dos bebedouros, disponibilizando copos descartáveis para que não haja contato direto com o equipamento ou o compartilhamento de objetos;
- Aumento da disponibilidade de pontos com álcool em gel nas áreas das unidades;
- Proibição do compartilhamento de objetos pessoais como copos e talheres;
- Cancelamento de reuniões presenciais, optando pelo uso da tecnologia em substituição;
- Liberação dos colaboradores que compõem grupos de risco ou que apresentem quaisquer sintomas gripais. E readequação para o sistema de trabalho home office para os colaboradores que tem a possibilidade;
- Intensificação da atuação dos profissionais de saúde, como médicos, enfermeiras e técnicos de enfermagem;
- Auxílio financeiro para colaboradoras com filhos até 10 anos, que necessitem deixar seus filhos com cuidadoras.

A Companhia informa que referente aos efeitos da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, não sofreu impacto significativo em suas operações e nos seus resultados apresentados para este primeiro trimestre de 2020, entretanto, nos meses posteriores, algumas ações foram implantadas, conforme já informado nos parágrafos anteriores, e por conta disto mudanças estruturais na operações ocorreram, bem como houve incidência de gastos adicionais, para atendimento às exigências determinadas pelos órgãos governamentais, como Ministério da Saúde e OMS - Organização Mundial da Saúde.

Os gastos adicionais apurados a partir de Abril de 2020 já totalizam a faixa de R\$ 2 milhões, e são relacionados a produtos de limpeza e higienização, acréscimo nos serviços de transportes a funcionários, adaptações estruturais nas instalações da empresa, como aumento dos espaços de lazer, enfermaria e refeições dos funcionários, compra de testes do COVID-19 e vacinas de gripe.

Desde o início da pandemia a Companhia vem procedendo de forma rigorosa com o afastamento dos colaboradores classificados no grupo de risco, chegando em torno de cerca de 500 pessoas afastadas até o momento.

Notas Explicativas



Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Diretoria Executiva

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Fernanda Junqueira de Oliveira
Diretora de Relações com Investidores

Contador

Fernando Ataíde Silva Jorge
Contador - CRC/RS 076618/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Conselho e Acionistas da
MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Lajeado / RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

1. Provisão Crédito Prêmio IPI

Conforme detalhado na nota explicativa nº 7.a, o montante de R\$ 34.369 mil, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Este processo foi analisado pelos assessores jurídicos da Companhia e em conjunto com a administração, os quais avaliaram a probabilidade de perda como "possível". Considerando a avaliação e o atual estágio da ação, a administração manteve o registro da provisão para perda constituída no exercício de 2017, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme divulgado na nota explicativa nº 14, a Companhia e sua controlada indireta, possuem parcelamentos de débitos fiscais previstos na Lei 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.496/17 (PERT) e parcelamentos ordinários na controlada indireta, esses valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os quais possuem saldo remanescente R\$ 46.680 mil consolidado em 31 de março de 2020. A manutenção nos parcelamentos requer que os pagamentos sejam feitos respeitando as condições previstas em cada um dos parcelamentos, o não cumprimento das obrigações previstas resulta em uma possível exclusão da Companhia e sua controlada indireta dos parcelamentos tributários os quais implicaria em uma exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas. A liquidação destes parcelamentos depende dos pagamentos a serem realizados nos próximos exercícios nos prazos pactuados, sendo assim, não podemos afirmar neste momento que o saldo líquido apresentado nas demonstrações contábeis será liquidado pelos totais divulgados. Em caso das obrigações assumidas com os órgãos federais, não sejam honradas, as dívidas poderão ser recompostas, acrescidos de juros e multa definidos na obrigação original. Desta forma a regularização da dívida tributária da companhia e sua controla indireta dependerá das medidas que estão sendo desenvolvidas pelos seus Administradores, com intuito de aumentar a geração de caixa, de forma que os parcelamentos sejam

honrados nos prazos pactuados e os demais passivos tributários em atraso conforme nota explicativa nº 13 que totalizam o montante de R\$ 451.024 apresentadas pela Companhia em conformidade com os demonstrativos disponibilizados pelos órgãos federais sejam incluídos em outros parcelamentos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

3. Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas na nota explicativa nº 01 e para o fato de que a Companhia mesmo que no período de três meses tenha incorrido em lucro consolidado de R\$ 16.921 mil possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 376.101 mil em 31 de março de 2020, possui endividamento tributário no montante de R\$ 497.704, conforme descrito nas notas explicativas nº 13 e 14. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014, Lei nº 11.491/2009, parcelamentos ordinários na controlada indireta e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2019 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantém junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. Devido a declaração efetuado em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”) sobre o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia não é possível assegurar que o programa de saneamento implementado não será impactado neste exercício. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos saldos anteriores

As demonstrações financeiras e informações trimestrais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período de três meses findo em 31 de março de 2019, respectivamente, foram auditadas e revisadas por nós, as quais emitimos relatório dos auditores independentes datados de 27 de março de 2019 e 14 de maio de 2019, respectivamente, sem modificação de opinião e contendo parágrafo de Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e ênfase sobre Provisão para Crédito Prêmio IPI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e parágrafos de ênfase sobre Provisão para crédito prêmio IPI, Passivos tributários parcelados e Continuidade operacional para o período de três meses findo em 31 de março de 2019. Adicionalmente na opinião relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, continha como principais assuntos de auditoria “PAA” sobre os assuntos relacionados a (1) Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida, (2) Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamentos, (3) Obrigações tributárias não parceladas, e (4) Provisões e passivos contingentes – cíveis fiscais e trabalhistas.

Porto Alegre, 29 de junho de 2020.

Sergio Laurimar Fioravanti
Contador – CRCRS nº 48.601
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O
CVM 12.360

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2020.

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2020.

Lajeado, 29 de junho de 2020.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Fernanda Junqueira de Oliveira
Diretora de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
DE 31 DE MARÇO DE 2020.

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2020.

Lajeado, 29 de junho de 2020.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Fernanda Junqueira de Oliveira
Diretora de Relações com Investidores